**Texto:** Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio – Caps I – V

1ª parte: **Sobre a edificação das cidades** (§§ 1 - 3)

Todas as cidades são edificadas ou por homens nascidos no lugar, ou por forasteiros. No primeiro caso, visto que cada um por si não poderia resistir ao ímpeto de que fossem atacados, os homens se reúnem para morar juntos num local escolhido por eles ou por alguém dentre eles com mais autoridade. Exemplos: Atenas e Veneza. Veneza em especial obteve êxito, em vista do longo período de paz que o local lhes deu. No segundo caso [cidades edificadas por forasteiros], é o que ocorre com as colônias mandadas por repúblicas ou por príncipes para aliviarem suas cidades de habitantes, ou para defenderem as terras recém-conquistadas que desejam manter com segurança e sem despesas. Como estas cidades não são livres, raras são as vezes que realizam progressos. Semelhante a essa foi a edificação de Florença.

2ª parte: **Sobre a virtú na escolha da terra** (§§ 4 - 6)

São livres os edificadores das cidades que por si mesmos, são obrigados a abandonar a terra natal e buscar novos locais. Neste caso, conhecem-se a virtú do edificador e a fortuna do edificado, virtú esta que se conhece na escolha do local e na ordenação das leis. Talvez fosse melhor escolher lugares estéreis, para que os homens, obrigados a esforçar-se e a ocupar-se menos com o ócio, vivessem mais unidos por terem menos razão para discórdia, em vista da pobreza do local. Porém, como só o poder dá segurança aos homens, é necessário fugir a essa esterilidade. Para obviar aos danos porventura causados pela amenidade da terra por meio do ócio, impuseram [aqueles que são sábios] a necessidade de exercícios aos que tivessem de ser soldados. É o caso dos egípcios que apesar de viverem em terras ameníssimas, foi tal a força dessa necessidade gerada pelas leis, que geraram homens excelentes. Maquiavel diz então que é mais prudente escolher lugar fértil, desde que os efeitos de tal fertilidade sejam limitados com leis e seus devidos termos. O autor também retoma o caráter livre da edificação de Roma, e que mesmo com tanta grandeza, não foi corrompida, mantendo-se cheia de tanta virtú, com que nenhuma outra cidade ou república jamais se tornou.

3ª parte: **Viver em segurança sob leis ordenadas** (§ 7)

Maquiavel falará sobre as cidades que nasceram distantes de todo tipo de servidão externa, seja como repúblicas, seja como principados. Ele destaca que pode se considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sobre tais leis, sem precisar corrigi-las, como ocorreu em Roma. Também destaca que é fácil que a república se arruíne antes de ser conduzida a uma ordem perfeita. Disto nos dá fé a república de Florença, que se reordenou em 1502 e se desordenou em 1512.

4ª parte: **O ciclo dos três estados de uma República: Principado, Optimates e Popular** (§§ 8 - 12)

O autor destaca três estados sobre que são ditos por aqueles que falam sobre república: principado, optimates e popular; e aqueles que ordenam uma cidade devem voltar-se para um deles, segundo o que lhes pareça mais apropriado. Também aponta que as três são péssimas e são boas em si mesmas, pois o principado facilmente se torna tirânico, os optimates com facilidade se tornam governo de poucos e o popular sem dificuldade se torna licencioso. Sobre o ciclo desses três estados: os homens, multiplicando-se, reuniram-se em grupos, e, para poderem defender-se, começaram a respeitar aquele que, dentre eles, fosse mais forte e corajoso. Percebendo que injúrias podiam ser-lhes dirigidas, reuniam-se para fazer leis e ordenar punições a quem as violasse: daí proveio o conhecimento de justiça. Começando a ser odiado, o príncipe, temendo por tal ódio, logo passou do temor ao ataque, e rapidamente nasce a tirania. E daí surgiram conspirações e conjurações contra os príncipes, cometida por aqueles que por generosidade, grandeza de ânimo, riqueza ou nobreza, se sobressaíam aos outros. A multidão seguindo a autoridade desses poderosos, armava-se contra o príncipe. Quando essa administração passava a seus filhos, tendiam à ganância, à ambição e à usurpação das mulheres, fazendo que um governo de optimates se tornasse um governo de poucos, sem respeitar civilidade alguma, e assim, logo surgiu alguém que, com a ajuda da multidão, os matou, voltando-se todos para o estado popular, de tal modo que nele não fosse dada autoridade alguma nem aos poucos poderosos, nem a um só príncipe, logo se chegou à licença, em que não eram temidos nem os homens privados nem os homem públicos. Coagidos pela necessidade ou pela sugestão de algum homem bom, para fugirem a tal licença, voltam ao principado; e deste, gradativamente, se retorna para a licença, do modo e pelas razões já ditas. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenaram leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos. Exemplo de sucesso: Licurgo em Esparta. Exemplo de fracasso: Sólon em Atenas.

5ª parte: **Sobre os estados da República em Roma** (§ 13)

Foram tantos os acontecimentos que na surgiram [em Roma], devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Aqueles que depuseram os reis, constituindo dois cônsules para ficarem no lugar, na verdade depuseram em Roma o nome, mas não o poder régio. Aquela república vinha a ser a mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e optimates. Com a criação dos tribunos da plebe, as três formas de governo tinham sua parte, constitui-se assim uma república perfeita.

6ª parte: **Criação dos tribunos da plebe em Roma** (§§ 14 - 15)

Quem estabelece a república, precisa pressupor que todos os homens são maus. Os homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade; mas, onde são muitas as possibilidades de escolha e se pode usar da licença, tudo logo se enche de confusão e desordem. Por isso, depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos, para segurança da plebe; e [os romanos] a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres.

7ª parte: **A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana, com o surgimento dos tribunos** (§§ 16 - 17)

Maquiavel diz que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma. Em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles. E não se pode chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de virtú. Diz que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição. Se os tumultos foram a razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores; porque, além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram construídos para guardar a liberdade romana.

8ª parte: **Onde deve se depositar a guarda da liberdade, no povo ou nos Grandes?** (§§ 18 - 20)

Todos os que com prudência constituíram repúblicas, entre as coisas mais necessárias que ordenaram esteve a constituição de uma guarda da liberdade. E, como em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda. Mas, se examinássemos os resultados ficaríamos do lado dos nobres, visto que a liberdade de Esparta e Veneza teve vida mais longa que a de Roma. Vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. Por outro lado, quem defende a ordenação espartana e veneziana diz que quem põe a guarda nas mãos de poderosos realiza duas boas ações: uma é satisfazer mais à ambição deles que tem mais motivos para contentamento; outra é que negam certo tipo de autoridade aos ânimos da plebe. E no fim, quem examinar tudo sutilmente chegará a esta conclusão: ou se pensa numa república que queira fazer um império, como Roma, ou numa à qual baste manter-se [como Esparta e Veneza].

9ª parte: **Que tipo de homem é mais nocivo numa república** (§ 21)

Mas, para voltar a discorrer sobre o tipo de homem mais nocivo numa república – se aquele que deseja conquistar ou aquele que teme perder o que conquistou [...] há muitos que, possuindo muito, podem com mais poder e efeito [moto] provocar mudanças. E também há muitos cujo comportamento incorreto e ambicioso acende no peito de quem nada possui o desejo de possuir, seja para vingar-se dos que possuem, espoliando-os, seja para poderem entrar na posse das riquezas e das honrarias que percebem estar sendo mal empregadas pelos outros.